

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS/SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA E AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 16/2013

Prazo para envio de contribuições: 07/06/2013 (18 horas)

Identificação:

Empresa	VIEIRA REZENDE
---------	----------------

Comentários/sugestões:

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
Art. 6º	XV – as regras aplicáveis à participação conjunta da Petrobras e de outras sociedades empresárias na licitação;	<p>Após a publicação da resolução do CNPE fixando a participação mínima da Petrobras, nos termos Art.10, III, c da Lei 12.351/2010, será fundamental que a ANP discipline a forma de atuação da companhia caso a mesma decida, nos termos do Art. 14 da citada Lei, ampliar sua participação mínima e, efetivamente, tomar parte na licitação.</p> <p>Existem três hipóteses possíveis que precisam ser detalhadas no pré-edital e edital, dando segurança jurídica aos participantes e ao próprio certame, sob pena de violação do princípio do sigilo das propostas e, indiretamente, do princípio da igualdade entre os licitantes (Art. 44 §1º da Lei 8.666/93).</p> <p>(i) A primeira hipótese é a participação isolada da Petrobras.</p>

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
		<p>(ii) A segunda é a não-participação da Petrobras, restringindo-se sua atuação à posterior adesão compulsória ao consórcio vencedor com a participação mínima estabelecida pelo CNPE.</p> <p>(iii) A terceira é a participação efetiva da Petrobras, em percentual superior ao mínimo estabelecido pelo CNPE, por meio da atuação conjunta da companhia com outra(s) sociedade(s) empresária(s) na formação da oferta.</p> <p>Para evitar-se o inconveniente fluxo de informações que possa resultar em conflitos de estratégias negociais, é imprescindível que a participação da Petrobras na formação das ofertas dê-se única e exclusivamente na hipótese em que a companhia decida se juntar a outra(s) sociedade(s) empresária(s), em percentual superior ao mínimo estabelecido pelo CNPE, e apenas no âmbito de um grupo ao qual a companhia decida voluntariamente consorciar-se.</p>
Art. 6º	XX – a minuta do Contrato de Partilha de Produção, contendo cláusulas essenciais conforme o disposto no artigo. 29 da Lei n.º 12.351, 2010.	Inserção do parágrafo único do Art. 30, que fica mais bem posicionado dentro desse inciso.

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
Art. 10	<p>§ 2º A ANP não assumirá se responsabilizará por qualquer ônus ou obrigação decorrente da inclusão ou retirada de áreas da licitação. dos Blocos.</p>	Sugestão de redação para evidenciar a não assunção de qualquer ônus ou obrigação por parte da ANP e para compatibilizar o parágrafo ao caput do artigo, que trata de áreas da licitação e não de Blocos.
Art. 12	<p>Art. 12. A ANP poderá fazer fará uso de um cadastro de empresas para fins de qualificação das sociedades empresárias.</p> <p>§ 1º Os documentos protocolados por ocasião de rodadas de licitações pretéritas, seja sob o regime de concessão ou de partilha da produção, e constantes do cadastro que estiverem válidos poderão ser utilizados para fins de qualificação da sociedade empresária, desde que esta encaminhe solicitação à ANP, na qual devem ser discriminados os documentos a serem validados pela Agência para este fim.</p>	<p>A implementação do cadastro de empresas é avanço necessário à desburocratização e ao ganho de eficiência do certame, tanto para as sociedades empresárias participantes quanto para a própria SPL e CEL.</p> <p>Em um ano de retomada das rodadas da ANP, como tem sido o ano de 2013, será extremamente auspicioso para a Agência o enfrentamento de tal questão diante da possibilidade de uma empresa qualificada na 11ª Rodada ter que apresentar a mesma documentação para a 1ª Rodada do Pré-Sal e possivelmente ter que repetir o procedimento para a 12ª Rodada, desperdiçando desnecessariamente recursos humanos e financeiros de todas as partes envolvidas.</p>
Art. 16	<p>Art. 16. As sociedades empresárias interessadas, com exceção da Petrobras, serão qualificadas pela SPL como Não-Operadoras (investidoras) conforme os critérios estabelecidos no Edital.</p>	Nos termos do Art. 4º da Lei 12.351/2010, a Petrobras será a operadora única de todas as áreas contratadas sob o regime de partilha da produção, de forma que a única possibilidade de participação das demais sociedades empresárias no certame será na qualidade de Não-Operadoras, ou seja, como investidoras em consórcio.

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
Art. 17	Art. 17. Caso a sociedade empresária interessada obtenha diferentes níveis de qualificação com relação à comprovação de capacidade técnica e à situação econômico-financeira, será considerada a qualificação de menor nível entre estes. Parágrafo único. Para requerer a sua qualificação, a sociedade empresária interessada deverá apresentar todos os documentos previstos no Edital de Licitações para a análise e parecer da SPL.	Nos termos do Art. 4º da Lei 12.351/2010, a Petrobras será a operadora única de todas as áreas contratadas sob o regime de partilha da produção, de forma que a única possibilidade de participação das demais sociedades empresárias no certame será na qualidade de Não-Operadoras, ou seja, como investidoras em consórcio.
Art. 18	Art. 18. A sociedade empresária interessada que pretender se qualificar tecnicamente, conforme previsto no inciso XI do art. 6º deste Regulamento, deverá encaminhar documentação na forma prevista no Edital, contendo informações a respeito de sua experiência em atividades de Exploração e Produção, no Brasil e no Exterior.	É dispensável a qualificação técnica de Não-Operadoras, razão pela qual tal disposição deve ser suprimida. Nos termos do Art. 4º da Lei 12.351/2010, a Petrobras será a operadora única de todas as áreas contratadas sob o regime de partilha da produção, de forma que a única possibilidade de participação das demais sociedades empresárias no certame será na qualidade de Não-Operadoras, ou seja, como investidoras em consórcio.
Art. 30	Parágrafo Único. O Contrato de Partilha de Produção deverá conter cláusulas essenciais conforme o disposto no artigo. 29 da Lei n.º 12.351, 2010.	O conteúdo do parágrafo único do Art. 30 fica mais bem posicionado dentro do inciso XX do Art. 6º.

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
Art. 31	<p>Art. 30.</p> <p>Parágrafo único. A assinatura do Contrato de Partilha de Produção ficará condicionada à comprovação do arquivamento do instrumento constitutivo do consórcio no Registro do Comércio do lugar de sua sede e ao cumprimento do disposto no Art. 31.</p>	<p>O parágrafo único do Art. 31 fica mais bem posicionado como parágrafo único do Art. 30, que trata justamente da obrigatoriedade da constituição do Consórcio; delimita-se o conteúdo do Art. 31 para versar apenas sobre o restante da documentação a ser apresentada.</p>

Instruções de envio:

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à ANP até às 18 horas do dia 07 de junho de 2013 pelo e-mail rodadas@anp.gov.br. A utilização deste formulário é obrigatória, inclusive a manutenção do arquivo no formato Word. Não serão aceitos comentários/sugestões fora do padrão deste formulário.